



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

REQUERIMENTO Nº 2266/2025

Requer informações sobre o Fundo Municipal de Transporte Público e o Programa Tarifa Zero.

Nos termos regimentais, requer-se o envio do presente ao Chefe do Poder Executivo, com cópia às secretarias competentes e ao órgão gestor do Fundo Municipal de Transporte Público, criado pela Lei nº 11.530/2025, para que sejam prestadas informações detalhadas e documentadas acerca da arrecadação, gestão e aplicação dos recursos destinados à viabilização do Programa Tarifa Zero no Município.

1. Encaminhar a legislação que institui e regulamenta o Fundo Municipal de Transporte Público, incluindo:

- a) Lei nº 11.530/2025;
- b) Decretos regulamentadores;
- c) Normas complementares que disciplinam a operacionalização do Fundo e sua vinculação ao Programa Tarifa Zero.

2. Informar os valores arrecadados a título de ITBI destinados ao Fundo Municipal de Transporte Público, discriminando:

- a) Valores arrecadados mensalmente em 2025;
- b) Percentual do ITBI legalmente vinculado ao Fundo;
- c) Datas de ingresso dos recursos no Fundo;
- d) Extratos e demonstrativos financeiros que comprovem a arrecadação.

3. Detalhar as destinações dos recursos oriundos do ITBI, informando:

- a) Data das despesas;
- b) Número dos empenhos, liquidações e pagamentos;
- c) Valores destinados;
- d) Finalidade de cada despesa;
- e) Base legal ou administrativa que autorizou a utilização dos recursos.

4. Informar os repasses efetuados ao consórcio responsável pela operação do transporte coletivo urbano, especificando:

- a) Nome do consórcio/empresa responsável;
- b) Datas de cada repasse;
- c) Valores transferidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

d) Instrumento jurídico que fundamenta os repasses (contrato, aditivo, convênio ou outro);

e) Critérios utilizados para definição dos valores repassados.

5. Informar se houve ingresso de outros recursos no Fundo além do ITBI, detalhando:

a) Fontes adicionais de receita (transferências, subsídios, convênios, multas, outorgas, entre outras);

b) Valores arrecadados por fonte;

c) Datas de ingresso;

d) Destinação desses recursos.

6. Apresentar o programa de implementação do Tarifa Zero, indicando:

a) Etapas previstas para implantação;

b) Metas e cronograma de execução;

c) Previsão orçamentária no Plano Plurianual (PPA) e na Lei Orçamentária Anual (LOA);

d) Impacto financeiro estimado anual do Programa;

e) Estudos técnicos ou econômicos que embasaram a política pública.

7. Informar como se dará a redução progressiva da tarifa no exercício de 2026, esclarecendo:

a) Modelo adotado para a redução;

b) Percentuais ou valores previstos;

c) Fontes de custeio estimadas para 2026;

d) Adequação dessa política às previsões do PPA, LDO e LOA;

e) Avaliação de sustentabilidade financeira do Fundo para manutenção do Programa.

8. Encaminhar os extratos financeiros completos do Fundo Municipal de Transporte Público, contendo:

a) Movimentações mensais;

b) Créditos e débitos;

c) Saldos por mês.

Justifica-se o presente requerimento pelo dever constitucional e regimental de fiscalização do Poder Legislativo, bem como pela relevância social, econômica e orçamentária do Programa Tarifa Zero, que demanda ampla transparência quanto às fontes de financiamento, repasses ao sistema de transporte coletivo e planejamento de sua implementação e continuidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

“PALACETE VEREADOR CARLOS ALBERTO MANÇO”, 18 de dezembro de 2025.

ALCINDO SABINO



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=JSW5GT0JWBA3ZN25>, ou vá até o site <https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: **JSW5-GT0J-WBA3-ZN25**